



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

**A EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES E RENDAS NÃO-AGRÍCOLAS NA PARAÍBA NOS
ANOS 90**

JOAO RICARDO LIMA;

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

AREIA - PB - BRASIL

joao_ricardofl@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

MERCADO DE TRABALHO AGRÍCOLA

**A EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES E RENDAS NÃO-AGRÍCOLAS NA PARAÍBA NOS
ANOS 90**

Grupo de Pesquisa: 8 – Mercado de trabalho agrícola

RESUMO

O problema central deste trabalho é entender a evolução das ocupações e das rendas das famílias rurais paraibanas nos anos 90. O objetivo é identificar a importância das atividades e das rendas não-agrícolas, além das transferências públicas/privadas para a melhoria e/ou manutenção das famílias nas áreas rurais. Para isto, analisamos a evolução das famílias rurais agrícolas, das famílias rurais não-agrícolas e das famílias rurais pluriativas nos anos 90, divididas entre empregadores, conta-própria, assalariados e não-ocupados. Estudamos também o comportamento dos rendimentos obtidos (pós plano Real) e a proporção de cada um no total. Comparamos ainda os rendimentos das famílias rurais agrícolas, pluriativas e não-agrícolas, de acordo com o estrato de área dos estabelecimentos. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica baseada em trabalhos produzidos dentro do projeto RURBANO e a análise das informações dos microdados das PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) do IBGE, relativas ao rural paraibano nos anos 90. A exemplo do que ficou demonstrado na situação nacional e regional, na Paraíba também se constata um crescimento das chamadas ORNA (ocupações rurais não-agrícolas), do aumento no número das famílias

pluriativas e não-agrícolas residentes em áreas rurais, além de uma grande disparidade entre as rendas obtidas pelas famílias exclusivamente agrícolas daquelas não-agrícolas e pluriativas, principalmente nos anos secos. As famílias pluriativas dependem menos das transferências públicas e privadas, comparando com as famílias agrícolas. Constatamos que no período pós plano Real, as rendas agrícolas apresentam um movimento de forte queda e as rendas não-agrícolas possuem um movimento inverso, sempre crescendo a cada ano.

Palavras-Chave: ORNA, Pluriatividade, Paraíba, Não-agrícola.

1-) Introdução

Para o IBGE, o estado da Paraíba é dividido em 4 mesorregiões geográficas: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão. Do início do século XX até os dias atuais, as principais atividades econômicas são assim distribuídas: cana-de-açúcar em latifúndios (principalmente na zona da Mata Paraibana), pecuária, algodão e culturas alimentícias no Agreste; pecuária, algodão e culturas de subsistência na Borborema e Sertão.

Apesar da agricultura constituir uma atividade econômica de grande importância para o estado, apresenta uma baixa produtividade, principalmente no que se refere à produção de alimentos para o consumo interno. Esta baixa produtividade deve-se, principalmente, a métodos rudimentares utilizados (ausência de práticas de conservação do solo e de combate à erosão, o pouco uso de fertilizantes, a fraca difusão de sementes selecionadas, a falta de tecnologia moderna) e de problemas maiores de ordem sócio-político-econômico (ausência de programas educacionais que possam melhorar o nível técnico do agricultor, a falta de planejamento agrícola nacional, regional e local, estrutura fundiária etc.). Os produtos com maior peso econômico e comercial foram o algodão, a cana-de-açúcar, o sisal, o abacaxi e a pecuária, normalmente explorados por grandes empreendimentos. Os pequenos agricultores familiares se ocupam com a produção alimentar básica da população: arroz, batata, fava, feijão, mandioca e milho.

No Cariri paraibano concentram-se a pecuária de médio porte: caprinos, ovinos e suínos. Os caprinos e ovinos se adaptam perfeitamente às condições naturais da região. Atualmente existe uma política de incentivos à criação de caprinos através de assistência creditícia para melhoria do rebanho com a importação de matrizes de melhor porte, o que aumenta a oferta não só da carne, como do leite (bastante nutritivo e com nicho de mercado) e do couro (exportado), além da isenção do pagamento do ICMS. O maior expoente desta atividade é a cidade de Cabaceiras.

A economia paraibana como um todo, no período de 1960-1992, foi “de longe a que apresentou os mais fracos níveis de desempenho no contexto nordestino” (Polari, 1995, p. 60). O PIB agrícola paraibano cresceu a uma taxa de 4% entre 1970/1979 e de 8,6 % entre 1980/1989, entretanto o PIB agropecuário no total do produto paraibano entre 1960-1990 caiu de 44,71% para 12,93% (Polari, 1995, p. 79). A agropecuária do estado, desde várias décadas, sofre bastante por diversos fatores:

1. condições climáticas: as estiagens contribuíram para que uma grande parte dos municípios apresentassem baixos índices de precipitação pluviométrica.
2. pequeno desenvolvimento tecnológico: boa parte dos estabelecimentos agrícolas paraibanos utiliza-se de facão, enxada, tração animal e o emprego de produtos químicos e sementes melhoradas é também limitado nesses estabelecimentos.
3. estrutura fundiária: a terra é extremamente concentrada. Poucos estabelecimentos ocupam grandes áreas e muitos pequenos estabelecimentos respondem por pequena

fração de terra. O índice de Gini¹ é elevado (acima de 0,80); a concentração de terras e as adversidades climáticas trazem grandes dificuldades para os agricultores com menos de 50 ha. Quanto menor a faixa de tamanho da propriedade, mais ela apresenta um caráter cíclico variando para cima nos anos “bons” e para baixo nos anos “ruins” (Barros & Lima, 2000);

4. baixo apoio técnico-financeiro por parte dos governos;
5. Relações de trabalho: a composição da mão-de-obra rural é permeada por elevados níveis de exploração da força de trabalho, pequeno contingente de mão-de-obra assalariada e baixos salários (Polari, 1995, p. 72-3).

Não houve a introdução de novas culturas e atividades agropecuárias que pudessem contrapor a involução das atividades rurais tradicionais. Atualmente, talvez, a caprino-ovicultura possa contribuir como geradora de atividades e renda, principalmente na região semi-árida onde estes animais se adaptam muito bem.

Nos anos 90, a situação crítica da agropecuária paraibana não melhora, pelo contrário, se torna ainda mais deplorável. Todos os fatores supracitados que entravam seu desenvolvimento mantêm-se e ainda agudizam-se (o PIB agrícola paraibano entre 1990/1999 cai 6,0%). A abertura comercial, a valorização da moeda, a diminuição do apoio governamental (que já era insuficiente), a valorização do mercado (políticas neoliberais), a crise internacional nos preços das commodities e do modelo produtivista baseado na Revolução Verde, fazem com que as ocupações agrícolas no rural definham a cada ano.

O interessante é que apesar da queda nas ocupações agrícolas, a população no campo parou de cair tão intensamente quanto em décadas passadas. Historicamente, nos períodos de crise aguda, a população rural encontrava como solução a migração para outras regiões, para outros estados da mesma região, para as capitais e também para as cidades de maior porte dentro do estado.

Atualmente, outras dinâmicas parecem estar contribuindo para a manutenção da população no meio rural. Neste artigo procuramos demonstrar como as atividades e rendas não-agrícolas (provenientes de ocupações não agrícolas ou transferências públicas) são importantes para reduzir migração.

A metodologia utilizada será estimação de taxas de crescimento geométrico através do modelo log-linear.

$$Y_t = Y_0(1+r)^t$$

Normalmente, Y_t é o valor no instante t da variável que buscamos descobrir sua taxa de crescimento, Y_0 será o valor inicial e r é a taxa composta (ao longo do tempo) de crescimento do Y .

Conforme indicado em Gujarati (2000), calculando o log natural da equação acima teremos,

$$\ln Y_t = \ln Y_0 + t \ln(1+r)$$

Denominando:

$$\beta_1 = \ln Y_0$$

¹ O índice de Gini mede concentração, mais frequentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. Ele varia entre 0 e 1, à medida que se passa de um distribuição perfeitamente igualitária para uma distribuição perfeitamente desigual. Isto é, quanto mais próximo de 1 estiver o índice, mais desigual é a distribuição. No caso da distribuição fundiária, mensura a desigualdade da distribuição da terra entre os que detêm algum direito de propriedade sobre a mesma.

$$\beta_2 = \ln(1+r)$$

Inserindo o termo de erro, podemos reescrever a equação como,

$$\ln Y_t = \beta_1 + \beta_2 t + u_t$$

Neste caso o regressando é o logaritmo de Y e os parâmetros são lineares. Disto, o modelo ser chamado log-linear ou semi-log. O coeficiente de inclinação (multiplicado por 100) indica a taxa de crescimento de Y no instante t , para uma variação absoluta em X (regressor que neste caso será o tempo). Se o β_2 (x100) for maior do que zero teremos taxa de crescimento; se menor, de redução.

Podemos, também, obter a taxa de crescimento no decurso de um período (taxa geométrica ou composta). Para isto, basta calcular o antilog do coeficiente de β_2 , subtrair de 1 e multiplicar a diferença por 100. Escolhemos este tipo de modelo sabendo que se trabalhamos com séries não estacionárias, podemos estar incorrendo em erros. Contudo, devido ao baixo número de observações, optamos por não fazer o teste de raiz unitária.

Utilizamos também variáveis *dummy* no modelo nas situações em que não encontramos taxas significativas. Existe uma grande variabilidade nas informações, principalmente quando comparamos dados de anos chuvosos com anos secos. Então, optamos por inserir uma variável *dummy* (D=1 para ano seco e, D=0 para ano chuvoso) que nos demonstrasse se houve mudança de intercepto e na inclinação e reduzisse a possibilidade de encontrarmos taxas de crescimento/redução não significativas. Finalmente, o modelo utilizado foi:

$$\ln Y_t = \beta_1 + \beta_2 t + \beta_3 D + \beta_4 (Dt) + u_t$$

Testamos autocorrelação usando o teste de Durbin Watson e Breusch-Godfrey e heterocedasticidade por White, utilizando o software Eviews 4.1.

2-) O comportamento da PEA rural paraibana nos anos 90

A população ocupada no estado da Paraíba, entre 1992 e 1999, não apresenta uma tendência definida, como indica a tabela 01. Em certos anos aumenta e em outros, diminui o número total de pessoas ocupadas. Uma observação mais detalhada demonstra que a PEAR ocupada e residente em áreas urbanas cresce durante a década a uma taxa geométrica de 1,5% a.a., saindo de 760 mil pessoas ocupadas para 868 mil, ou seja, um incremento de 108 mil empregos. A população residente em áreas rurais, por outro lado, teve um menor acesso à ocupação durante os anos 90. A taxa geométrica de crescimento no período foi de -1,8% a.a., uma redução de 53 mil empregos quando comparamos apenas os anos de 1992 e 1999.

Uma maior abertura nos dados demonstra que houve uma forte diminuição no número de pessoas residentes em áreas urbanas e ocupadas na agropecuária, cerca de 25 mil nos anos 90 (taxa de crescimento de -3,9% a.a.). De forma semelhante, a PEAR rural ocupada em atividades agrícolas reduziu-se em quase 100 mil pessoas, com uma taxa composta de -3,9% a.a.. Isto significa que a quantidade de ocupações geradas para a população residente em áreas rurais só não teve uma maior queda porque atividades não-agrícolas foram criadas no rural paraibano, com crescimento bastante significativo de 2,98% no período.

Apesar de também não ter uma tendência definida, ou seja, a quantidade de pessoas ocupadas tem um certo caráter cíclico, de acordo com a precipitação

pluviométrica (nos anos secos temos redução da PEAR rural ocupada em atividades agropecuárias e nos anos de chuva o fenômeno se inverte), o movimento apresenta-se ascendente para as pessoas ocupadas em atividades rurais não-agrícolas e descendente para aquelas ocupadas na agricultura. Embora, em todos os anos 90, a PEAR rural agrícola sempre foi superior à não-agrícola.

Tabela 01: População Ocupada segundo a área censitária da amostra, situação do domicílio, e ramo de atividade. PEA Restrita, Paraíba, 1992-99. (1.000 Pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO RAMO DE ATIVIDADE	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas 1992 a 1999 % a.a.
TOTAL	1.271	1.330	1.334	1.304	1.354	1.290	1.326	0,3
Urbano	760	800	846	809	860	831	868	1,5 ***
Agrícola	86	87	93	67	98	70	61	-3,9 *
Não-agrícola	674	714	754	742	762	761	807	2,1 ***
Rural	511	529	488	495	495	459	458	-1,8 ***
Agrícola	414	393	390	383	393	294	317	-3,9 ***
Não-agrícola	98	136	98	111	102	165	141	2,98 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Esta questão permite captar a grande fragilidade existente na maior parte da base econômica da área rural paraibana: a agricultura de subsistência. Nos anos secos, essa grande quantidade de pessoas fica sem a produção de alimentos necessários para mantê-las. Apenas uma pequena parte está conseguindo alocação em atividades não-agrícolas, que não consegue conter o desemprego agrícola. Comparando apenas o ano de 1992 com 1999, temos que apenas cerca de 40% do número total de pessoas desempregadas conseguiram emprego em atividades rurais não-agrícolas.

A tabela 02 tem uma tipologia semelhante à anterior, contudo, com uma maior abertura entre a área censitária da amostra, que foi dividida entre urbano exclusive, distritos e povoados e rural agropecuário². Observa-se que em todas as situações de domicílio o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas sofre forte redução.

Tabela 02: População Ocupada segundo a área censitária da amostra, nova situação do domicílio e ramo de atividade. PEA Restrita, Paraíba, 1992-99. (1.000 Pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO RAMO DE ATIVIDADE	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas 1992 a 1999 % a.a.
Urbano exclusive	760	800	846	809	860	831	868	1,5 ***
Agrícola	86	87	93	67	98	70	61	-3,9 *
Não-agrícola	674	714	754	742	762	761	807	2,1 ***
Distritos e Povoados	45	40	29	42	32	37	35	-2,6
Agrícola	31	23	17	26	21	12	21	-6,7 *

² Urbano exclusive engloba áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios; Distritos e Povoados abrangem áreas urbanas isoladas, povoados: áreas rurais outras que são aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoados e não estão vinculados a um único proprietário; Rural Agropecuário engloba o rural núcleo e rural exclusive. Para maiores informações vide Gomes da Silva & Veras (2001a, p.02).

Não-agrícola	14	17	11	16	11	26	14	1,5
Rural agropecuário	461	479	448	439	457	412	411	-1,9 ***
Agrícola	383	369	370	353	370	282	294	-3,7 ***
Não-agrícola	78	110	78	86	87	130	117	2,47 **

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Entretanto, é no rural agropecuário que temos a maior perda, em termos absolutos, de postos de trabalho agrícola. Comparando 1992 com 1999, temos uma redução de 90 mil pessoas ocupadas na agricultura, além de apresentar uma taxa geométrica de crescimento de -3,7% a.a.. Por outro lado, proporcionalmente houve um aumento no período de 2,47% na população ocupada em atividades não-agrícolas e residentes no rural agropecuário. Certamente isto indica que as dinâmicas das ORNA na Paraíba tem maior importância enquanto alternativas de obtenção de rendas nos períodos das secas.

3-) ORNA: ramos, tipos de ocupação e a evolução nos anos 90

A tabela 03 indica apenas os ramos de atividades não-agrícolas com crescimento significativo em que a PEAR rural está encontrando ocupação. Indica também os principais setores de alguns destes ramos. Em primeiro lugar, se olhamos todo o período, perceberemos que dois ramos são os mais importantes (por ocuparem grande quantidade da PEA restrita rural): Indústria da Construção e a Indústria de Transformação.

O ramo de prestação de serviços tem seu crescimento em áreas rurais ocorrendo em praticamente todos os estados do país. Dentro deste ramo, o emprego doméstico apresenta-se como o grande propulsor das ORNA, com crescimento no período de 10,9%. Muito provavelmente, a melhoria na infra-estrutura de transportes e em toda malha rodoviária estadual, facilita a locomoção da força de trabalho do meio rural para o serviço nas cidades.

A indústria de transformação (taxa de crescimento de 11,9%) é importante porque a Paraíba mantém, em grande parte, o seu perfil industrial bastante tradicional e voltado para o beneficiamento de matérias-primas agrícolas e materiais, tendo como principais ramos industriais, o têxtil (beneficiamento do algodão e sisal), a indústria alimentar (açúcar) e a transformação de minerais não-metálicos, destacando-se a indústria do cimento. Este ramo de atividade ocupou cerca de 10,7 mil pessoas entre 1992 e 1999. A indústria de extração também funciona como grande gerador de ORNA. O estado é bastante rico em minérios, como por exemplo a Bentonita, concentrando em três cidades (Boa Vista, Cubati e Barra de Santa Rosa) 45% das reservas brasileiras, destaca-se também a extração de Caulim e Tantalita.

Tabela 03: População ocupada em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais, segundo a área censitária da amostra. PEA Restrita, Paraíba, 1992/99 (1000 Pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas 1992 a 1999 % a.a.
TOTAL RURAL	98	136	98	111	102	165	141	2,98 ***
RAMOS DE ATIVIDADES								
Indústria de Transformação	6	12	10	8	12	17	10	11,9 **
Indústria da Construção	10	6	6	16	8	44	46	28,5 **
SETOR PRINCIPAL								
Construção	10	6	6	16	8	44	46	28,5 **
Emprego doméstico	12	8	15	19	12	17	13	10,9 **
Comércio de alimentos	7	5	7	7	8	10	11	8,6 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: "-" indica menos de seis observações na amostra.

O ramo da indústria da construção é o que possui as taxas geométricas de crescimento mais elevadas e significantes, 28,5% a.a. Os anos de 1998 e 1999, que foram de grande seca no estado, tiveram grande pico de pessoas ocupadas, as quais 44 mil e 46 mil, respectivamente. Sem contestar a importância que vêm tendo este ramo, principalmente no litoral paraibano, local onde o governo estadual está buscando desenvolver a atividade turística, melhorando a malha viária e estimulando a criação de

pousadas e hotéis, como em Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição e Mataraca, cidades com as maiores taxas de crescimento populacional, como demonstramos anteriormente, é realidade que estes dados estão fortemente influenciados pelas obras de frente de emergência criadas nos períodos de falta de chuvas.

Os dados da tabela 04 apresentam um maior detalhamento das informações, indicando as ocupações principais da PEAR rural que apresentaram taxas de crescimento significativas. Quando comparamos apenas os anos de 1992 e 1999, a diminuição foi de 97 mil pessoas, sendo que são os trabalhadores rurais assalariados que têm a maior queda, com aproximadamente 94 mil trabalhadores perdendo seus postos de trabalho. A taxa geométrica de crescimento desta ocupação é extremamente desfavorável, -5,3% a.a. nos anos 90. Os agricultores de conta própria não apresentam uma tendência definida, sendo o número de ocupações fortemente influenciado pelas condições climáticas. Nos anos secos, temos uma diminuição e nos anos bons, um aumento na quantidade de pessoas ocupadas, com taxa de crescimento nula na década.

Tabela 04: Evolução das principais ocupações das pessoas ocupadas, segundo a área censitária, situação do domicílio e ramo de atividade. PEA restrita (1000 pessoas). Paraíba, 1992-1999

ÁREA CENSITÁRIA	OCUPAÇÃO PRINCIPAL	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas 1992 a 99 %a.a.
RURAL									
Agrícola									
	trabalhador rural	295	270	266	244	268	189	201	-5,3 ***
	agricultor conta própria	103	106	106	129	114	95	107	0,0
	TOTAL	414	393	390	383	393	294	317	-3,9 ***
Não-agrícola									
	serviços domésticos	6	5	13	16	10	15	12	13,7 **
	serviços conta própria	6	6	4	6	9	9	9	7,5 **
	servente faxineiro	8	9	5	8	5	5	6	-7,2 **
	TOTAL	98	136	98	111	102	165	141	2,98 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Com relação às ocupações não-agrícolas, semelhantemente ao que ocorre em nível nacional, temos os serviços domésticos como o maior gerador de ORNA na Paraíba. Entre 1992/99, ocupou em média 11 mil pessoas e possuiu uma taxa geométrica de crescimento alta e significativa estatisticamente, de 13,7% a.a. (o mais alto registrado entre as ocupações rurais não-agrícolas paraibanas). Os serviços conta-própria ocuparam cerca de 7 mil pessoas, com expressivo crescimento de 7,5% a.a.. Queda importante ocorre com os serventes faxineiros, -7,2% a.a..

Na tabela 05 podemos perceber a diminuição da população ocupada e o aumento da não-ocupada no meio rural paraibano, indicando que por mais importante que seja a evolução das ORNA para manter a população no rural e gerar fontes alternativas de ocupação, ainda é insuficiente para o desemprego criado pela crise agrícola.

A população ocupada decresce a uma taxa geométrica de -1,8% a.a. nos anos 90 e a não-ocupada possui uma elevada taxa de 3,2% a.a. Nos anos 90, a média de pessoas ocupadas está próxima das 490,7 mil, enquanto que a população não-ocupada é de aproximadamente 374,4 mil pessoas. Num ano de grande seca, como em 1999, praticamente se iguala o número de pessoas ocupadas (458 mil) e o de pessoas

desempregadas (418 mil) no rural paraibano. Isto também demonstra que o desemprego gerado é maior que o emprego criado pelas atividades rurais não-agrícolas.

Também cresce o número de aposentados residentes no rural. Anteriormente, estudos demonstraram a migração rural-urbano das pessoas contempladas pela aposentadoria via FUNRURAL. Segundo Marin, “com a aposentadoria dos trabalhadores rurais, a cidade passou a receber (...) trabalhadores que já saíram da idade produtiva e que, vendendo uma parte ou toda a criação (...), tiveram possibilidade de transferir sua moradia para a zona urbana, onde, inclusive, podem ajudar seus filhos e ‘educar a família’. Desta forma, faz-se uma drenagem da população improdutiva na zona rural, transferindo-se os velhos e as crianças para a cidade” (1985, p. 200).

Tabela 05: População não-ocupada segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios e ramos de atividades. Paraíba, 1992-1999. População de 10 anos ou mais. (1000 Pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	taxas 1992 a 99 % a.a.
SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS								
RAMOS DE ATIVIDADES								
RURAL	1.179	1.136	1.145	1.168	1.127	1.142	1.147	-0,3
População Ocupada	511	529	488	495	495	459	458	-1,8 ***
População Não-ocupada	353	312	375	393	359	411	418	3,2 ***
Aposentados e/ou Pensionistas	78	73	95	93	95	105	92	4,1 ***
Outros Inativos	271	232	278	297	262	300	319	3,0 **

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Os aposentados iam para as cidades, porque ficavam mais próximos de serviços básicos, facilitavam os estudos dos netos e liberavam espaço para os filhos poderem trabalhar a pequena quantidade de terra existente. Hoje, ao contrário, eles já não podem mais fazer este movimento, pelo rigoroso controle e por ter que ficar na propriedade, haja visto ser da aposentadoria percebida pelos mais velhos que vêm boa parte do sustento da família e, corroborando a tese de Delgado (1999), destes recursos serem feitos investimentos produtivos no estabelecimento. Disto, o crescimento na década de 90 do número de aposentados residentes no meio rural.

Entretanto, deve-se registrar que no ano de 1999, apenas cerca de 8,0% da população rural paraibana era constituída de aposentados e/ou pensionistas, que embora bem menor que a quantidade de inativos (319 mil pessoas), crescem a significativa taxa geométrica de 4,1% a.a.. Só que são estes recursos que dinamizam economicamente boa parte dos pequenos municípios do estado, haja visto que em 53% dos municípios paraibanos as transferências públicas de aposentadorias é maior que o Fundo de Participação dos Municípios (BORBA, 2001). Segundo o Jornal da Paraíba, em todo o estado, “os recursos do FPM somam R\$ 36.656.418,71; enquanto o valor pago pelo INSS chega a R\$ 69.428.193,80, uma diferença de R\$ 32.771.775, 63” (BORBA, 2001, p. 07).

A tabela 06 demonstra, no meio rural paraibano, a população ocupada segundo os ramos de atividades agrícolas e não-agrícolas e a situação do domicílio (Empregados – empregados ou domésticos, Conta-própria, Empregadores, Não-remunerados). Identificamos taxas geométricas de crescimento negativas para todas as situações dos domicílios rurais com pessoas ocupadas em atividades agrícolas. O maior contingente

de pessoas é o de não-remunerados, com uma média de 157,7 mil pessoas entre 1992-99 e uma taxa geométrica de crescimento de -5,0% a.a..

Em seguida apresentam-se os empregados rurais, que tiveram taxas geométricas de crescimento bastante desfavoráveis, -5,1% a.a.. Isto significa que, comparando 1992 com 1999, houve uma redução de 52 mil pessoas nesta situação de domicílio. Finalmente, entre os domicílios rurais agrícolas, os de empregadores apresentam a mais elevada taxa geométrica de crescimento negativo (-15,1% a.a.), fato possivelmente decorrente da grave crise que passa o setor sucroalcooleiro estadual .

Tabela 06: População ocupada segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios e ramos de atividades. Paraíba, 1992-99. População de 10 anos ou mais. (1000 Pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	taxas 1992 a 1999 % a.a.
RAMOS DE ATIVIDADES								
SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS								
RURAL	511	529	488	495	495	459	458	-1,8 ***
Agrícola	414	393	390	383	393	294	317	-3,9 ***
Empregados	120	86	106	98	102	80	68	-5,1 **
Conta-Própria	109	109	106	130	114	96	107	-0,6
Empregadores	11	9	14	3	4	5	4	-15,1 **
Não remunerado	174	190	165	153	172	113	137	-5,0 **
Não-Agrícola	98	136	98	111	102	165	141	2,98 ***
Empregados	63	107	67	77	65	130	111	2,96 ***
Empregado	52	98	52	58	53	112	98	1,98 ***
trab.doméstico	11	8	15	19	12	17	13	6,1 *
Conta-Própria	26	24	22	28	31	28	24	1,3
Não remunerado	8	3	6	4	5	7	5	6,53 **

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Com relação aos não-agrícolas rurais, o maior contingente de pessoas é o de empregados, com taxa de crescimento no período de 2,96%. Neste ano, a proporção da população ocupada em atividades não-agrícolas e classificados como empregados (na situação de domicílio) é de 78,7% do total. Nesta categoria, foram isolados os trabalhadores domésticos, que representavam cerca de 13,25% do total de empregados, mas apresentavam as taxas geométricas mais elevadas de crescimento na década de 90 (6,1% a.a.), na Paraíba. O grupo classificados como não remunerados, apresenta uma taxa de crescimento bastante expressiva, de 6,53% no período, demonstrando também que muitas pessoas sem renda não estão mais saindo do rural como em outros períodos.

Na Paraíba, certamente que as dinâmicas de ocupação rural encontradas não são as mesmas que outros pesquisadores definiram para os demais estados ou regiões do país e que apresentamos nos capítulos iniciais deste trabalho. O estado apresenta grande heterogeneidade com relação ao desenvolvimento histórico de suas culturas agrícolas. Esta não-homogeneidade acaba gerando dinâmicas influenciadas tanto por valorização de áreas rurais e do surgimento de nichos de mercado (como o turismo litorâneo e o artesanato em couro e de redes, por exemplo, que existe no sertão), como pela intervenção necessária, mas também assistencialista, dos órgãos públicos em todas as esferas, principalmente nos períodos de maior estiagens e, finalmente, pela própria

estratégia da população rural de encontrar alternativas de captação de rendas alternativas às agropecuárias.

4-) As rendas das famílias rurais paraibanas na década de 90

Neste item do trabalho, procuramos identificar o comportamento das ocupações agrícolas e não-agrícolas das famílias rurais paraibanas, com relação ao seu peso econômico na composição da renda das famílias rurais. Ainda temos como objetivo específico, definir a importância de outras rendas provenientes de transferências públicas e/ou privadas na conformação da renda das famílias rurais paraibanas. Nossa hipótese de trabalho é que, apesar da intensa evolução das ORNA, as atividades agrícolas no rural paraibano ainda tem maior peso econômico para as famílias rurais nos anos de chuvas. Nos anos secos, estas famílias paraibanas praticamente sobrevivem de rendas provenientes das ORNA e das transferências públicas e/ou privadas.

A análise da evolução das rendas familiares ocorre apenas com as informações da segunda metade dos anos 90. Isto porque, conforme coloca Graziano da Silva & Del Grossi, “é praticamente impossível analisar a evolução das rendas familiares na primeira metade da década de 90, dadas as dificuldades de se obter estimativas comparáveis em função das elevadas taxas e inflação vigentes e das distorções introduzidas pelos dois planos de estabilização econômica – o Plano Collor e o Plano Real – aplicados no período”³ (2001d, p. 22-3).

A tabela 07 demonstra a evolução das rendas das famílias residentes no rural agropecuário paraibano, entre 1995-1999. Com isto, analisaremos os rendimentos nos “anos bons” (1995, 1996 e 1997) e nos “anos ruins” (1998 e 1999), assim como as taxas geométricas de crescimento nos grupos de famílias classificados. No geral, entre 1995 e 1999, não encontramos uma tendência definida na evolução das rendas das famílias. Em 1995 e 1996 encontramos as duas maiores rendas (R\$ 272,17 e R\$ 276,26) e nos anos de 1997 e 1999 as duas menores (R\$251,16 e R\$257,57), sendo que 1997, ao contrário de 1999, não foi considerado um ano de seca no estado.

Tabela 07: evolução das rendas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-99.

ÁREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	Taxas 1995 a 1999 %a.a.
RURAL AGROPECUÁRIO	272,17	276,26	251,16	262,26	257,57	-1,6
Empregador com até 2 assalariados	818,99	1.014,15	1.028,98	504,72	915,40	-4,6
Conta Própria	250,85	259,21	264,45	313,13	294,08	5,2 **
Agrícola	219,78	202,46	210,05	266,29	278,95	7,8 **
Pluriativo	308,45	340,28	305,27	349,88	284,41	-1,3
Não-agrícola	187,16	344,02	487,69	305,03	402,86	55,06 ***
Empregados	209,64	209,93	200,54	209,93	192,66	-1,7 *
Agrícola	189,61	168,97	171,71	219,35	185,96	2,2
Pluriativo	250,47	301,88	294,45	213,83	171,54	-10,4 *
Não-agrícola	241,35	242,56	259,06	190,79	223,30	-3,9
Não Ocupados	208,79	175,62	192,94	198,48	222,67	2,5

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Junho/2001.

³ Não existe um deflator que capte adequadamente os efeitos da introdução do Plano Real em 1994, o que compromete o cálculo das variações reais de renda nos períodos que incluam este ano. Para maiores detalhes, vide Graziano da Silva & Del Grossi (2001d).

***, ***, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de Setembro/99.

Nas famílias de empregadores com até 2 assalariados, igualmente não encontramos uma tendência definida na evolução dos rendimentos. Estes crescem nos anos bons, entre 1995 e 1997 (ano em que atinge o pico de R\$ 1.028,98), tem forte queda no ano de 1998 (ano seco), com mais de 50% de redução quando comparamos 1997 e 1998 e voltam a subir em 1999 (também um ano com baixa precipitação pluviométrica), quando superam as rendas obtidas em 1995 (R\$ 818,99 em 1995 e R\$ 915,40 em 1999).

A evolução das rendas dos conta-própria demonstra uma taxa geométrica de crescimento elevada e significativa, de 5,2% a.a.. Esta se eleva de R\$ 250,85 em 1995, para R\$ 294,08 em 1999, entretanto, o pico da renda deste grupo é de R\$ 313,13 em 1998. Os conta-própria agrícolas possuem uma taxa geométrica de crescimento da renda importante, 7,8% a.a.. Estas se elevaram de R\$ 219,79 em 1995, para R\$ 278,95 em 1999. Os conta-própria pluriativos demonstram grande instabilidade nas rendas percebidas. Estas não apresentaram uma tendência definida, com casos em que se reduz tanto nos anos bons quanto nos ruins. O último tipo de família deste grupo, os não-agrícolas, tiveram um substancial incremento de renda, com elevadíssima taxa de crescimento no período, principalmente nos anos secos (55,06%). Entre 1995 e 1997, o rendimento cresceu de R\$ 187,16 para R\$ 487,69. Apesar da queda entre 1997 e 1998, retoma a trajetória crescente entre 1998 e 1999 (subindo de R\$ 305,03 para R\$ 402,86). Então, certamente que o crescimento das rendas dos conta-própria foram proporcionados pelas taxas geométricas de crescimento encontradas nas rendas das famílias agrícolas e não-agrícolas.

Com relação as famílias de empregados, na média geral as rendas destas famílias apresentaram uma taxa geométrica de crescimento negativa de -1,7% a.a., entre 1995-99. Muito provavelmente que este número está influenciado pela grande queda na renda das famílias de empregados pluriativos (taxa geométrica de crescimento de -10,4% a.a.), que se reduziu de R\$ 250,47 em 1995, para R\$ 173,33 em 1999. Apesar de não ter significância estatística, as rendas das famílias de empregados não-agrícolas também sofreu forte redução no período em questão.

Os rendimentos das famílias rurais cujos membros não estavam ocupados na semana de referência da pesquisa, se elevaram entre 1996 e 1999 (passando de R\$ 175,62 em 1996, para R\$ 222,67 em 1999).

A tabela 08 trata exclusivamente da evolução das rendas agrícolas das famílias rurais paraibanas, entre 1995 e 1999. No geral, estes rendimentos tiveram queda sistemática a cada ano, independente das condições climáticas. Um reflexo da crise pela qual passa a agricultura no estado. Em 1995, o rendimento obtido pelas famílias rurais através de atividades agrícolas foi de R\$ 112,42. No ano de 1999, a renda percebida praticamente se reduz pela metade, apenas R\$ 62,31 (taxa geométrica de crescimento negativo de -15,4% a.a.).

Nas famílias de empregadores com até 2 assalariados, a renda agrícola não apresenta uma tendência definida. Encontra um teto no ano de 1996 (R\$ 667,76) e seu piso em 1998 (R\$ 195,98). Nos outros anos apresenta certa estabilidade, com uma média em torno dos R\$ 315,00.

As famílias de conta-própria, no geral, apresentam rendimentos agrícolas bastante inferiores aos das famílias de empregadores. A renda percebida nos anos bons possui certa estabilidade (com o pico em 1996 de R\$ 114,03), mas torna-se decrescente nos anos secos, quando atinge os níveis mais baixos (R\$ 79,81 em 1999). Entre 1995-99 apresenta uma taxa geométrica de crescimento bastante negativo, de -9,4% a.a.. As rendas dos conta-própria agrícolas não apresentam uma tendência definida (apresentam

grande instabilidade), independentemente do ano ser chuvoso ou não. Apesar de crescer entre 1995 e 1996 (ano em que atinge o ápice de R\$ 149,75), as rendas agrícolas das famílias pluriativas decrescem sistematicamente entre 1996 e 1999, ano este em que atingem seu ponto mais baixo (R\$ 80,97). Disto, a taxa geométrica de crescimento apresentar-se de forma negativa, -11,9% a.a. Dentre os pluriativos, destaque para a forte queda da renda agrícola nas famílias que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas (-13,4% a.a.). No todo, nas famílias de conta-própria rurais, independente da ocupação, as rendas agrícolas apresentaram uma tendência forte de queda.

Tabela 08: evolução das rendas agrícolas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-99.

ÁREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	1.995 (R\$)	1.996 (R\$)	1.997 (R\$)	1.998 (R\$)	1.999 (R\$)	Taxas 1995 a 1999 %a.a.
RURAL AGROPECUÁRIO	112,42	108,52	102,53	66,56	62,31	-15,4 ***
Empregador com até 2 assalariados	306,13	667,76	334,18	195,98	314,00	-11,1
Conta Própria	112,94	114,03	109,30	85,10	79,81	-9,4 ***
Agrícola	112,70	105,13	115,62	83,78	98,69	-4,8
Pluriativo	124,16	149,75	112,06	99,62	80,97	-11,9 **
Empregados	125,34	108,87	111,80	55,28	47,54	-23,0 ***
Agrícola	147,21	131,08	132,41	123,65	107,87	-6,6 ***
Pluriativo	123,27	121,89	114,67	46,77	46,74	-25,2 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Junho/2001.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de Setembro/99.

Semelhante ao indicado nas famílias de conta-própria, quando analisamos as famílias de empregados percebemos que independente da ocupação exercida pelos membros, as rendas agrícolas tiveram expressiva redução no período de 1995-1999 (independente do ano ser seco ou chuvoso, apesar de que nos anos de baixa precipitação a redução nos rendimentos ser mais acentuado). No geral, a taxa geométrica de crescimento dos empregados rurais foi de -23,0% a.a.. Em 1995, estas famílias percebiam R\$ 125,34 de rendas agropecuárias e em 1999, apenas R\$ 47,54. Os empregados agrícolas tiveram seus rendimentos agrícolas reduzidos anualmente a uma taxa geométrica de -6,6%. Em 1995, percebiam R\$ 147,21 de fontes agrícolas e em 1999, R\$ 107,87 (ano em que atinge seu menor patamar). Os empregados pluriativos apresentam as maiores taxas geométricas de redução das rendas agrícolas, -25,2% a.a.. Este comportamento fez com que os rendimentos caíssem de R\$ 123,27 (em 1995) para R\$ 46,74 (em 1999).

A tabela 09 demonstra exclusivamente o comportamento, no período de 1995 até 1999, das rendas não-agrícolas percebidas pelas famílias residentes no rural agropecuário paraibano. Em termos gerais, estas famílias tiveram uma forte taxa geométrica de crescimento das rendas provenientes de ORNA na Paraíba (17,7% a.a.). Isto significa que as mesmas praticamente duplicaram, quando comparamos 1995 e 1999, saindo de R\$ 50,61 para R\$ 100,09.

Tabela 09: evolução das rendas não-agrícolas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-99.

ÁREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	1.995 (R\$)	1.996 (R\$)	1.997 (R\$)	1.998 (R\$)	1.999 (R\$)	Taxas 1995 a 1999 %a.a.
RURAL AGROPECUÁRIO	50,61	74,44	65,63	96,97	100,09	17,7 ***
Empregador com até 2 assalariados	119,22	238,90	517,12	194,98	490,60	116,3 ***
Conta Própria	49,87	61,02	73,94	111,00	109,91	24,3 ***
Pluriativo	122,88	130,84	126,06	172,25	148,99	6,8 *
Não-agrícola	150,31	248,18	414,80	254,36	338,77	17,9 *
Empregados	37,80	67,32	46,01	99,13	104,89	27,5 **
Pluriativo	87,20	151,19	126,15	128,48	103,81	1,9
Não-agrícola	156,71	218,47	209,08	140,58	190,46	-0,5

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Junho/2001.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de Setembro/99.

Em linhas gerais, encontramos crescimento importante e significativo em todas as famílias rurais, sejam elas empregadoras com até 2 assalariados, conta-própria (taxa geométrica de crescimento significativa de 24,3% a.a.) ou empregados (taxa geométrica de crescimento significativa de 27,5% a.a.), entre 1995-99.

As rendas mais elevadas são encontradas entre os empregadores com até dois assalariados (taxa composta de crescimento de 116,3% no período). Entre 1995 e 1997, estas variaram de R\$ 119,22 para R\$ 517,12. Apesar da forte queda ocorrida em 1998 (R\$ 194,98), os rendimentos não-agrícolas voltam a crescer em 1999 (R\$ 490,60), praticamente se equiparando ao patamar de 1997.

As rendas não-agrícolas dos conta própria são inferiores às obtidas pelas famílias de empregadores. Contudo, seu crescimento foi significativo, praticamente duplicando entre 1995 (R\$ 49,87) e 1999 (R\$ 109,91). Os rendimentos não-agrícolas obtidos pelas famílias pluriativas tiveram uma taxa geométrica de crescimento elevada, de 6,8% a.a.. Isto indica que a queda no rendimento total destas famílias realmente esteve determinado pela forte contração da parte agrícola que compõe a renda. Os conta própria não-agrícolas tiveram suas rendas crescendo entre 1995 e 1997, saindo de R\$ 150,31 para R\$ 414,80. Apesar de uma pequena redução em 1998 (R\$ 254,36), no ano seguinte os rendimentos não-agrícolas percebidos voltam a se elevar, atingindo R\$ 338,77. Com este comportamento, a taxa geométrica de crescimento encontrada foi de 17,9% a.a., bastante elevada e significativa.

Na média, as rendas não-agrícolas obtidas pelas famílias de empregados é menor do que as dos conta-própria (mas a taxa de crescimento é elevada, 27,5%). A quantia que recebiam em 1995 era de R\$ 37,80. Em 1999, esta teve forte elevação, atingindo o pico de R\$ 104,89. Entretanto, quando analisamos as rendas não-agrícolas das famílias de empregados pluriativos e não-agrícolas, em ambos os casos não encontramos uma tendência definida. A grande instabilidade nos rendimentos pode ter sido o motivo que levou a taxa geométrica de crescimento não ter significância estatística. Apesar disto, quando comparamos as rendas de 1995 com 1999, nas duas situações os rendimentos cresceram.

A tabela 10 demonstra a evolução das rendas de aposentadorias e/ou pensões das famílias rurais paraibanas, entre 1995-1999. No geral, estas rendas tiveram queda entre

1995 e 1997, com uma redução de R\$ 97,17 em 1995 para R\$ 67,15 em 1997. Após um crescimento em 1998 (R\$ 83,07), a renda proveniente das transferências públicas volta a seguir sua tendência declinante, caindo para R\$ 79,94. A taxa de crescimento foi bastante negativa, -14,4% no período.

As famílias de conta-própria apresentam significativa taxa geométrica de crescimento das rendas de aposentadorias, apenas nas famílias que se dedicam às atividades agropecuárias. Nestas, a renda se eleva de R\$ 94,04 em 1995 para R\$ 165,88 em 1999. Isto significou uma taxa geométrica de crescimento de 18,9% a.a.. Nos demais tipos de famílias deste grupo, as taxas de crescimento não se mostraram significativas. Com relação aos pluriativos, a renda evolui de forma ascendente entre 1995 e 1998 (aumento de R\$ 49,22 para R\$ 67,43) e depois declina de forma considerável (R\$ 39,69). Nas famílias de conta-própria não-agrícola, após um crescimento entre 1995 (R\$ 36,85) e 1996 (R\$ 90,13), as rendas de transferências entram num processo contínuo de queda até atingirem praticamente o nível de 1995, conforme indica a tabela 10.

Tabela 10: evolução das rendas de aposentadorias e/ou pensões das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Paraíba, 1995-99.

ÁREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	1.995 (R\$)	1.996 (R\$)	1.997 (R\$)	1.998 (R\$)	1.999 (R\$)	Taxas 1995 a 1999 %a.a.
RURAL AGROPECUÁRIO	97,17	82,70	67,15	83,07	79,94	-14,4 **
Empregador com até 2 assalariados	379,68	74,85	168,92	110,26	108,80	-19,0
Conta Própria	75,77	76,26	71,78	103,45	88,54	6,4
Agrícola	94,04	90,69	84,33	164,25	165,88	18,9 **
Pluriativo	49,22	49,24	57,64	67,43	39,69	-1,2
Não-agrícola	36,85	90,13	72,89	40,51	37,09	-7,6
Empregados	38,93	29,85	37,72	41,62	31,57	-0,9
Agrícola	40,29	33,70	37,81	83,23	72,53	23,1 *
Pluriativo	34,49	27,77	32,78	25,06	12,37	-19,4 **
Não-agrícola	50,16	19,18	31,22	40,70	21,86	-8,7
Não Ocupados	187,83	139,92	115,43	162,82	186,92	1,4

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, I.E./UNICAMP. Junho/2001.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de Setembro/99.

Com relação às famílias de empregados, os agrícolas tiveram taxas geométricas de crescimento significativo no período de 1995-1999 (23,1% a.a.). Em 1995, obtinham R\$ 40,29 de transferências públicas, enquanto que este valor se eleva para R\$ 72,53 em 1999. As famílias pluriativas, principalmente aquelas que combinam entre seus membros atividades agrícolas e não-agrícolas, tiveram uma taxa geométrica de crescimento anual das transferências bastante negativa (-19,4% a.a.). Como indicado anteriormente, as famílias pluriativas normalmente são menos dependentes deste tipo de renda. Apesar da grande instabilidade encontrada nas rendas das famílias de empregados não-agrícolas, não apresentando uma taxa de crescimento definida, percebe-se que entre 1996 e 1998 estas tiveram um razoável aumento (passando de R\$ 19,18 para R\$ 40,70), declinando em 1999 (R\$ 21,86).

As famílias classificadas como não-ocupados tiveram, entre 1995 e 1997, um decréscimo neste tipo de rendimentos. Em 1995, percebiam R\$ 187,83 de aposentadorias e pensões, enquanto que no ano de 1997, apenas R\$ 115,43. Por outro

lado, a partir de 1997 ocorre uma retomada de crescimento, chegando em 1999 (R\$ 186,92) com um patamar semelhante ao de 1995.

As aberturas nas informações demonstraram que quedas significantes nas rendas agrícolas ocorrem nos anos secos, quando estas praticamente se reduzem pela metade. Nos anos bons, os rendimentos também são decrescentes, é verdade. Entretanto, a redução ocorre de forma amena, certamente refletindo o que já foi demonstrado em outras pesquisas, de que os preços dos produtos agrícolas estão sendo reduzidos no mercado. Os rendimentos não-agrícolas são bastante inferiores aos agrícolas e também as aposentadorias/pensões nos anos chuvosos, superando-os apenas nos anos de baixa precipitação (tanto pela grande queda na renda agrícola quanto pela grande elevação na não-agrícola). Em certo sentido, a queda na renda agropecuária é compensada pela elevação da parte não-agrícola que a compõe. Isto gera a estabilidade que citamos no parágrafo anterior. As duas rendas possuem oscilações abruptas de acordo com o ano ser seco ou chuvoso.

A mesma análise não pode ser feita quando comparamos as rendas agrícolas e as transferências privadas. Neste caso, as primeiras rendas caem tanto que realmente aparece a parcela das aposentadorias e pensões. Neste caso, independente das condições climáticas, existe uma estabilidade monetária nos rendimentos advindos de transferências (sem dúvidas, pela própria configuração do mesmo). Na Paraíba, ao contrário do encontrado em análises nacionais, na década de 90, as rendas agrícolas não necessariamente são inferiores às não-agrícolas. O que não significa que os dados de outros anos não modifiquem esta situação, haja visto as tendências declinantes das parte agrícola e crescente da parcela não-agrícola. Só as informações de anos posteriores vão poder revelar como a renda se conformará.

As famílias agrícolas, de forma interessante, são as que possuem além de uma certa maior estabilidade, um crescimento positivo nos seus rendimentos. Ao buscarmos os motivos que explicam esta realidade, encontramos que são estas as maiores dependentes de transferências públicas e/ou privadas. Então, na realidade, não podemos considerar que no rural paraibano, o crescimento das ORNA possui relação direta com elevação e estabilização das rendas familiares. A forma como se desenvolveu a questão agrária estadual tem como consequência a necessidade das famílias de buscarem estratégias de sobrevivência para poderem conseguir a renda necessária para sua manutenção.

As aposentadorias e pensões, ao contrário, estão favorecendo este equilíbrio. Com isto, concordamos com Graziano da Silva & Del Grossi quando citam “a necessidade de termos uma política previdenciária ativa que pudesse, por exemplo, contribuir para enfrentar o problema da pobreza de regiões desfavorecidas, como é o caso de extensas áreas rurais do Nordeste brasileiro ...” (2001d, p. 26).

A maior parte da população ocupada em ORNA, no estado, possui baixa qualificação e encontra emprego nas demandas do setor público, quando surgem as políticas de obras contra as secas. Os rendimentos obtidos são baixos (suficientes apenas para manter o baixo padrão de vida conseguido nos anos chuvosos) e instáveis (já que cessado os investimentos públicos, reduzem-se os empregos). Um grande exemplo da fragilidade das rendas obtidas via atividades não-agrícolas é o rendimento *per capita* obtido pelas famílias de não-ocupados ser superior, em vários casos, aos das outros grupos de famílias conta própria e empregados (independentemente de serem agrícolas, pluriativas ou não-agrícolas).

5-) Considerações Finais

Na região Nordeste, a evolução das ocupações rurais não-agrícolas ocorre de forma importante, mas não generalizada por todos os estados. Em parte destes o

dinamismo está centrado no comportamento das atividades agropecuárias, em outros ocorre com maior ênfase apenas nas regiões metropolitanas. Certamente que no Nordeste existe um grande potencial para o desenvolvimento de um mercado de atividades rurais não-agrícolas e que devem ser estimuladas, mesmo porque é onde se encontra a maior quantidade da PEA rural não-agrícola do país. Contudo, deve-se levar em conta a heterogeneidade da região e a definição de estratégias para desprivatização do espaço rural e de urbanização do interior nordestino (maior acesso a serviços encontrados nas áreas rurais, como saneamento básico, eletrificação, escolas, hospitais, creches etc.).

Em todos os casos estudados foram encontrados uma crescente importância das aposentadorias e também do número de não ocupados residentes em áreas rurais. Também importante ressaltar que a maior parte das ORNA exigem baixa qualificação e reduzida escolaridade, são serviços temporários ou precários. As prestações de serviços são as ocupações que mais crescem e dentro destas, é o emprego doméstico que lidera em toda parte do país, independente da área ser rural urbanizada ou rural agropecuário.

Com relação ao estado da Paraíba, existem possibilidades de ampliar e diversificar as atividades no meio rural paraibano, principalmente com o turismo, atividade que vêm se desenvolvendo bastante. Não apenas o turismo litorâneo, mas também o sertanejo, desde que existam políticas de desenvolvimento rural centradas nas potencialidades de cada localidade. Exemplificando, no Agreste do estado (onde está localizada a região do brejo paraibano, um dos maiores do Nordeste) a paisagem serrana e o clima ameno favorecem o desenvolvimento do turismo.

Entre os municípios de Araruna e Tacima está a Pedra da Boca, cuja configuração lembra um sapo gigante prestes a abocanhar um vaga-lume. Nesta localidade é praticado o alpinismo, salto de pára-quedas e asa-delta. As Pedras do Ingá (na cidade de Ingá), são consideradas umas das inscrições pré-históricas mais importantes da Terra. Em Areia, temos o Museu Pedro Américo (artista que pintou o quadro que retrata o momento do grito da Independência – em exposição no Museu do Ipiranga em São Paulo - SP) que contém quadros e desenhos deste grande pintor.

A região do Cariri e Seridó é rica em artesanatos de couro, bordados e renda renascença, além de relíquias arqueológicas com inscrições rupestres. Em Sousa fica o vale dos dinossauros, sítio paleontológico mundialmente conhecido, com pegadas de aproximadamente 130 milhões de anos. Neste mesmo município, existe a fazenda Acauã e a Igreja Nossa Senhora da Conceição, onde em 1757 foi aprisionado Frei Caneca. Existem ainda o turismo de eventos (Festival da Cachaça e da Rapadura em Areia, da Carne de Sol em Picuí, as festas religiosas em diversos municípios, entre muitos outros eventos) e as Vaquejadas, que ocorrem em quase todos os municípios, sendo importantes geradoras de ocupações não-agrícolas, como são os rodeios nas regiões Sul e Sudeste do país, por exemplo.

Especificamente sobre o artesanato, a Paraíba se destaca com a produção de redes, mantas, estandartes, bordados e crochês, rendas, objetos de couro, de madeira, de lata, de barro, de sisal, de estopas, de cipó e de palha, além de metal e osso. Podem-se localizar o artesanato em praticamente todo o estado, mas é na região do Brejo, Seridó, Cariri e litoral que se concentram com maior ritmo de produção para o comércio. Em 1991, o governo estadual criou o MAP (Mercado de Artesanato Paraibano) em João Pessoa, para facilitar o comércio destas mercadorias. Mais importante do que centrar a venda destas mercadorias em João Pessoa, seria estimular que as pessoas visitassem as cidades que produzem todo este artesanato e conhecem *in locus* os artesãos trabalhando.

Certamente que os recursos gastos pelos turistas estimulariam vários segmentos da economia local. Contudo, ressaltamos a grande necessidade de existir uma associação dos representantes da sociedade civil local e dos órgãos do poder municipal,

estadual e também federal, para juntos conseguirem converter as *benesses* do crescimento econômico local para toda a comunidade.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia de. *O Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?*. Recife: Guararapes, 1981.
- _____. *Nordeste: alternativas da agricultura*. Campinas, SP: Papirus editora, 1988. (Série educando)
- _____. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998. 6ª edição.
- BAIARDI, A; LIMA, R.G.S. Estratégias de sobrevivência dos pequenos caprinocultores do semi-árido baiano. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 38, 2000, Rio de Janeiro. Anais (CD-ROM 15 p.).
- BALSADI, Otávio Valentim. O Novo Rural paulista: evolução e perspectivas. In: *II seminário sobre o novo rural brasileiro (“a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do projeto Rurbano”)*. NEA – Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>
- BARROS, João O. P. de; LIMA, João R. F. de O início tardio do retraimento do subsetor familiar na agricultura paraibana. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 38, 2000, Rio de Janeiro. Anais (CD-ROM 10 p.).
- BORBA, Carla. 53% dos municípios vivem da aposentadoria. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 29 julho 2001. Caderno de Economia, p. 7.
- Censo Demográfico 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm> - Acesso em fevereiro de 2002.
- DELGADO, G. & CARDOSO JR., J. C. – *Principais Resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil*. Brasília: IPEA, 1999.
- DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-95*. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 1999. 221 p. (PhD Thesis).
- DUQUE, Ghislaine. Estrutura fundiária e pequena produção. In: *Raízes* (Revista de Ciências Sociais e Econômicas). Nº 4-5, Jan 84/Dez 85. Campina Grande, Mestrado em Economia e Mestrado em Sociologia da UFPB.
- _____. *et al.* Viabilidade e sustentabilidade da produção agrícola familiar no Nordeste: o caso da Paraíba. In: *IRSA*, 2000a, Rio de Janeiro. Anais (CD-ROM 11 p.)
- _____.; ARAÚJO, Maria Z.;. É viável a produção agrícola familiar no semi-árido? In: *IRSA*, 2000b, Rio de Janeiro. Anais (CD-ROM 14 p.)
- GOMES DA SILVA, Aldenor. Pluriatividade e renda das famílias rurais do Nordeste do Brasil. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 38, 2000, Rio de Janeiro. Anais (CD-ROM 13 p.).
- _____.; VERAS, Edimilson Correia. A Heterogeneidade da dinâmicas das ocupações no rural do Nordeste. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 39, 2001a, Recife. Anais (CD-ROM 10 p.).
- _____.; O Nordeste rural e as novas dinâmicas de ocupações: a heterogeneidade regional. In: *II seminário sobre o novo rural brasileiro (“a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do projeto Rurbano”)*. NEA – Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas, 2001b. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. 2ª ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

- ____; CAMPANHOLA, C.. *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000a. (VOLUME 1).
- ____; _____. *O novo rural brasileiro: uma análise estadual - nordeste*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000b. (VOLUME 2).
- ____; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O Novo Rural Brasileiro. In: *ORNAS – ocupações rurais não-agrícolas*. Anais: Oficina de atualização temática. Paraná, 2000c.
- ____. (2001a). “O fim do êxodo rural?”, *Globo Rural* (abril). Disponível em: <http://globorural.globo.com/mensal/_materias/tendencias.htm>
- ____ *et al.* Diferencial de renda entre ocupações no meio rural brasileiro. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 39, 2001b, Recife. Anais (CD-ROM 10 p.).
- ____ *et al.* Pluriatividade e emprego doméstico no meio rural do Brasil, 1992-99. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 39, 2001c, Recife. Anais (CD-ROM 10 p.).
- ____ & DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução das rendas e atividades rurais não-agrícolas no Brasil. In: *II seminário sobre o novo rural brasileiro (“a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do projeto Rurbano”)*. NEA – Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas, 2001d. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>
- ____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: *II seminário sobre o novo rural brasileiro (“a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do projeto Rurbano”)*. NEA – Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas, 2001e. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>
- GUJARATI, Damodar N. *Econometria básica*. São Paulo, Makron Books, 2000.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e Ruralidade: aspectos metodológicos. In: *Economia Aplicada*, São Paulo: FIPE/FEA-USP, 2(30), 1998: 514-551.
- LEITE, Emilene Sousa. *A viabilidade das unidades familiares de produção agrícola no nordeste semi-árido: um estudo de caso na Paraíba*. Relatório Final, PIBIC/CNPq/UFPB, 11/99.
- LIMA, João Ricardo Ferreira de. *A pluriatividade das famílias rurais: análise comparativa entre Brasil, região Nordeste, Paraíba e Rio Grande do Norte*. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 39, 2001a, Recife. Anais (CD-ROM 08 p.).
- ____. As atividades e rendas não-agrícolas na Paraíba: “solução da lavoura”?!. *Revista Qualidade de Vida*. ESALQ/USP – CEPEA/FEALQ, ano 3, número 31, dez. 2001b.
- MARIN, Maria Cristina de M. Migração sem urbanização. In: *Raízes* (Revista de Ciências Sociais e Econômicas). Nº 4-5, Jan 84/Dez 85. Campina Grande, Mestrado em Economia e Mestrado em Sociologia da UFPB.
- MATTEI, Lauro F.. *Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina*. Campinas, S.P. IE/Unicamp, 1999. (Tese de Doutorado)
- MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. *Capítulos de geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- POLARI, Rômulo Soares. A Involução da economia paraibana no contexto nordestino. In: *Revista econômica do Nordeste*. Fortaleza, volume 26, n. 1, 1995.
- RODRIGUEZ, Janete Lins (coord.). *Atlas escolar da Paraíba*. 2. Ed. João Pessoa: Grafset, 2000.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura Familiar e Pluriatividade*. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. IFCH/UFRGS, 1999a, 500 p.
- ____. *As atividades não-agrícolas e as transformações recentes do espaço rural: perspectivas recentes*, 1999b. Endereço eletrônico que disponibiliza-o: (<http://www.eco.unicamp.br/projetos/zipados/cad_estudos.zip>